

A República e os seus presidentes

Esta obra irá tornar-se uma referência incontornável para quem queira estudar o regime republicano e o sistema político português do século XX e vem dar um estímulo aos estudos biográficos sobre os presidentes da República Portuguesa.

Manuel Baião



António Costa Pinto, (Coordenador)
Os Presidentes da República Portuguesa,
Amadora, Círculo de Leitores, 2001.

A biografia enquanto género histórico está em franco desenvolvimento em Portugal depois de algumas décadas de marginalização. O ano de 2001 ficou marcado pela publicação de algumas biografias sobre Eça de Queirós, Vieira de Castro, João Franco e Álvaro Cunhal. Por outro lado, a revista *Análise Social* dedicou nesse ano um número temático (n.º 160) a esse tema. Ao finalizar o ano, chegamos *Os Presidentes da República Portuguesa*, obra colectiva, na qual participam alguns dos mais importantes historiadores portugueses que se têm dedicado ao estudo do século XX. Este livro, coordenado por António Costa Pinto, analisa a instituição presidencial ao longo da I República, Ditadura Militar, Estado Novo e Democracia, dando especial relevo à biografia política dos dezassete presidentes da República Portuguesa que exerceram o cargo até ao momento. Os estudos biográficos sobre a elite política portuguesa, em particular os estudos prosopográficos, estão na ordem do dia. Estão em curso vários projectos que pretendem analisar o perfil dos ministros e dos deputados portugueses e, inclusivamente, os presidentes já mereceram recentemente algumas publicações. Contudo, este estudo é sem dúvida o mais completo até ao momento.

Este livro está associado à abertura do Museu da Presidência da República,

iniciativa do Presidente Jorge Sampaio que elaborou o prefácio, tendo António Costa Pinto escrito a introdução geral. A obra divide-se em três secções, correspondendo às grandes etapas da história da República Portuguesa: Primeira República, Estado Novo e Democracia. Em cada uma há uma síntese de enquadramento geral sobre o presidencialismo nessa etapa histórica, surgindo de seguida as biografias.

A parte referente à Primeira República inicia-se com o texto de António José Telo, "Os Presidentes no Sistema de Governo da Primeira República" e seguem-se as biografias da autoria de João B. Serra (Manuel de Arriaga e Canto e Castro), Rui Ramos (Teófilo Braga e António José de Almeida), Fernando Marques da Costa (Bernardino Machado e Sidónio Pais), Nuno Severiano Teixeira (Manuel Teixeira Gomes) e J. M. Tavares Castilho (Mendes Cabeçadas e Gomes da Costa).

Na secção seguinte, António Costa Pinto escreveu sobre o Estado Novo "Os Presidentes de Salazar" e as biografias foram elaboradas por Telmo Faria (Óscar Carmona) e Fernando Rosas (Craveiro Lopes e Américo Thomaz).

Para terminar, no período democrático, a síntese global ficou a cargo de André Freire "Presidentes e Eleições Presidenciais no Portugal Democrático" e as biográficas foram escritas por Maria Inácia Rezola (António de Spino-

la), José Medeiros Ferreira e Maria Inácia Rezola (Costa Gomes), Vasco Rato (Ramalho Eanes), Yves Léonard (Mário Soares) e João B. Serra (Jorge Sampaio).

Os Presidentes na Primeira República

O sistema parlamentarista da constituição de 1911 atribuiu poderes efectivos limitados e uma posição simbólica ao Presidente. O seu estatuto contrastava com o do Rei, que tinha poderes alargados e manifestava frequentemente a ostentação, como mostravam os «adiantamentos». José de Castro, constituinte de 1911, definiu o Presidente que convinha à República: «simples e modesto e, ao mesmo tempo, barato» (p. 17). No entanto, as recorrentes crises políticas tornaram-nos elementos centrais na política portuguesa, ainda que algumas das intervenções fossem constitucionalmente duvidosas, como a nomeação por parte do Presidente Manuel de Arriaga de um governo extraparlamentar, liderado pelo general Pimenta de Castro em Janeiro de 1915.

O golpe de Estado de Sidónio Pais em Dezembro de 1917 permitiu maiores poderes ao Presidente, que passou a ser eleito por sufrágio universal masculino (primeira vez na história portuguesa). No entanto, o duvidoso respeito pelos direitos e liberdades durante o Sidonismo leva a que se considere este curto regime uma Ditadura Presidencialista. Após o assassinio de Sidónio Pais a 14 de Dezembro de 1918, houve um regresso à normalidade constitucional de 1911. Embora, a partir de Setembro de 1919, os poderes presidenciais fossem reforçados com a possibilidade de dissolução do Parlamento, esta apenas podia acontecer após a consulta prévia de um Conselho Parlamentar composto por representantes dos partidos (Rui Ramos, p. 101).

A experiência traumática do Sidonismo favoreceu a escolha de um republicano moderado para Presidente da República em Agosto de 1919. A acção de António José de Almeida permitiu uma maior conciliação entre >>>

gem aos homens que estiveram com António Loja na Guiné entre 1966 e 1968 e uma tentativa de recordar «todos os que morreram nessa guerra absurda, europeus e africanos de ambos os campos».

Na Posse da Palavra. Religião, Conversão e Liberdade Pessoal em Dois Contextos Nacionais

Clara Mafra

Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2002, 260 pp.

» Portugal e Brasil conheceram, durante longos períodos, regimes autoritários, em que estes tentaram fixar, de cada país, imagens oficiais harmónicas e tradicionalistas.



No entanto, operaram, nos subterrâneos da vida social, outras forças agentes de mudanças profundas, entre as quais se incluem, segundo a autora, os Pentecostais, cuja manifestação de maior importância é representada pela Igreja Universal do Reino de Deus, fortemente presente no Brasil e em Portugal e entre os portugueses emigrados em França, na Suíça e na África do Sul. A autora propõe-se explicar as razões pelas quais uma manifestação religiosa, que tanto desagradava a outras sensibilidades, encontre tantos adeptos fervorosos em dois países maioritariamente católicos e compreender o êxito desse culto, quer nas favelas cariocas, quer nos subúrbios das grandes cidades europeias e norte-americanas. Clara Mafra mostra ainda como esse fervor religioso se transforma em instrumento que possibilita às pessoas superarem condições de constrangimento social e pessoal, perguntando finalmente se esse facto desafia a democracia e os valores associados ao pluralismo e ao respeito da diversidade.

manifestação de maior importância é representada pela Igreja Universal do Reino de Deus, fortemente presente no Brasil e em Portugal e entre os portugueses emigrados em França, na Suíça e na África do Sul. A autora propõe-se explicar as razões pelas quais uma manifestação religiosa, que tanto desagradava a outras sensibilidades, encontre tantos adeptos fervorosos em dois países maioritariamente católicos e compreender o êxito desse culto, quer nas favelas cariocas, quer nos subúrbios das grandes cidades europeias e norte-americanas. Clara Mafra mostra ainda como esse fervor religioso se transforma em instrumento que possibilita às pessoas superarem condições de constrangimento social e pessoal, perguntando finalmente se esse facto desafia a democracia e os valores associados ao pluralismo e ao respeito da diversidade.

A Pesca do Bacalhau nos Mares da Terra Nova

Francisco Marques, Ana Maria Lopes, Faina Maior

Lisboa, Quetzal editores/Câmara Municipal de Ílhavo, 1996, 111 pp.

» Conhecem-se referências à pesca do bacalhau desde pelo menos 1504 quando

portugueses já iam à Terra Nova e desde que, dois anos depois, D. Manuel I, por alvará, mandou cobrar o dízimo da pesca da Terra Nova nos portos de Aveiro e Minho. Depois de um desenvolvimento contínuo, a ocupação filipina teve consequências desastrosas para este sector da economia portuguesa, sendo a pesca reatada pelo português apenas em 1835, com a Companhia de Pescarias Lisbonense, que envia em 1848 aos Bancos 19 veleiros com 325 homens, mas acaba por terminar a sua actividade em 1857, com o agravamento das leis fiscais. A pesca volta a ressurgir com os armadores Bensaúde e C.ª, que envia do Faial dois veleiros em 1872, e a firma Mariano e Irmãos, que em 1884 envia um iate e um lugre. Com o levantamento da proibição de armamento e a construção de navios para a pesca do bacalhau em 1901, assiste-se a um novo desenvolvimento, chegando em 1911 aos bancos da Terra Nova 34 navios. Após novo decréscimo da actividade durante a I Guerra Mundial, dá-se novo aumento,



havendo em 1925 já 65 veleiros (da «Introdução»). Editado já há cerca de 8 anos, este livro oferece uma breve história da pesca do bacalhau, enriquecido por recordações e memórias de quem nela participou, fotografias a preto e branco que ajudam a recriar o «mito» e a «dureza» da faina maior, vida tão dura que os jovens matriculados nessa pesca escapavam ao serviço militar. Fazendo recuar quarenta anos atrás, o livro constitui uma fonte de referência para quem deseje aprofundar o tema dessa antiga e importante actividade económica portuguesa, nos seus aspectos técnicos, etnográficos e culturais (do «prefácio» de Mário Ruivo).

havendo em 1925 já 65 veleiros (da «Introdução»). Editado já há cerca de 8 anos, este livro oferece uma breve história da pesca do bacalhau, enriquecido por recordações e memórias de quem nela participou, fotografias a preto e branco que ajudam a recriar o «mito» e a «dureza» da faina maior, vida tão dura que os jovens matriculados nessa pesca escapavam ao serviço militar. Fazendo recuar quarenta anos atrás, o livro constitui uma fonte de referência para quem deseje aprofundar o tema dessa antiga e importante actividade económica portuguesa, nos seus aspectos técnicos, etnográficos e culturais (do «prefácio» de Mário Ruivo).

As Ordens Militares e o Estado Moderno: honra, mercê e venedade em Portugal (1641-1789)

Fernanda Olival

Lisboa, Estar - Coleção Thesis, 2001, 571pp.

» Neste texto, produto de uma tese de doutoramento, fala-se essencialmente do modo como se relacionam serviços, inflação

▶▶▶ os republicanos e lançou o entendimento entre “os sectores da população que não se identificam, ou pouco se identificam com o regime” (António José Telo, p. 30), o que terá ajudado a que fosse o único Presidente a cumprir integralmente o mandato. Manuel de Arriaga e Teixeira Gomes renunciaram, Bernardino Machado foi deposto duas vezes militarmente, Teófilo Braga e Canto e Castro apenas cumpriram o resto do mandato presidencial de Manuel de Arriaga e Bernardino Machado, e Sidónio Pais foi assassinado.

Os Presidentes da República eleitos foram personagens de prestígio – intelectuais, professores e um militar – quase sempre de idade avançada. Foram chamados a exercer responsabilidades e funções que excediam o quadro constitucional sempre que uma crise

tribuiu para que a Presidência do Conselho de Ministros se convertesse no cargo com mais poder. No entanto, o Presidente da República, “mais do que um símbolo, transforma-se numa garantia da unidade das forças armadas a Salazar” (Telmo Faria, p. 161) e ao mesmo tempo continua a ser eleito por sufrágio directo e poder nomear e demitir o Presidente do Conselho. Esta atribuição causou sérios embaraços ao regime e a Salazar após a morte de Carmona, dada a possibilidade do novo Presidente, general Craveiro Lopes demitir Salazar durante uma crise política.

Isto levou o regime a não recandidatá-lo em 1958 e a apresentar o almirante Américo Thomaz. Contudo, seria esta a eleição que mais problemas deu à ditadura salazarista. O general Humberto Delgado, vindo do interior do Es-

são aos sectores republicanos conservadores viria a tornar-se “um factor de tensão para o Estado Novo. Fracturou por vezes o pluralismo limitado do regime, entre republicanos e monárquicos salazaristas. Permitiu a emergência de fortes movimentos de oposição, aproveitando as eleições presidenciais. Foi motivo de descrédito para o Salazarismo quando este teve, in *extremis* de eliminar a herança. Forneceu mesmo ex-Presidentes anti-salazaristas, como Craveiro Lopes. Foi assim, involuntariamente, uma herança envenenada” (António Costa Pinto, p. 154).

Os Presidentes na Democracia

Com a revolução de 25 de Abril de 1974, que implantou o regime democrático em Portugal, os militares (Generais Spínola e Costa Gomes) continuaram a ocupar a Presidência da República. A Constituição de 1976 criou um regime político semipresidencial, tendo o General Ramalho Eanes sido eleito por sufrágio universal directo em 1976. Este sistema político implementado “em Portugal resultou claramente da influência castrense. Todavia, a aceitação desta influência (transitória) revelou-se bastante positiva. A eleição popular directa de um militar permitiu dotar de legitimidade eleitoral o primeiro PR português, conduzindo a uma maior capacidade de este impor a subordinação dos militares à respectiva hierarquia e de integrá-los transitoriamente no processo político” (André Freire, p. 197).

Revisões constitucionais posteriores limitaram os poderes do Presidente e afastaram a preeminência dos militares na democracia portuguesa. Após 60 anos, um civil (Mário Soares) chegou ao Palácio de Belém em 1986.

Um livro oportuno e atraente

Como ficou patente na recente crise política, o Chefe de Estado continua a desempenhar, no nosso regime semipresidencial, um importante papel “no estímulo à (a mediação para a)

Com a revolução de 25 de Abril de 1974 os militares continuaram a ocupar a Presidência da República.

A Constituição de 1976 criou um regime político semipresidencial, tendo o General Ramalho Eanes sido eleito por sufrágio universal directo em 1976.

punha em causa o instável equilíbrio do sistema de partidos, o que por vezes contribuiu para a instabilidade do regime (António José Telo, p. 34).

Com a Ditadura Militar, a instabilidade na presidência da República acentuou-se. Mendes Cabeçadas e Gomes da Costa passaram fugazmente pelo cargo. Foi apenas com Óscar Carmona que se conseguiu a estabilidade que permitiu consolidar a Ditadura Militar, de onde emergiu Salazar para a transformar numa Ditadura Civil.

Os Presidentes de Salazar

Durante o Estado Novo, o general Óscar Carmona e Oliveira Salazar marcaram profundamente o regime, tornando-se este último o alicerce do Estado autoritário português, o que con-

tado Novo, apresentou-se como oposição ao candidato da União Nacional. O general reuniu o apoio de toda a oposição e ameaçou demitir Salazar se ganhasse as eleições. No entanto, o candidato do regime venceu as eleições através da manipulação eleitoral. Esta ameaça do sufrágio directo levou o regime a alterar a Constituição para impedir, no futuro, candidaturas directas à Presidência da República que perturbassem o Estado Novo. A eleição “passou a ser indirecta e «orgânica»” (António Costa Pinto, p. 150).

A manutenção, durante largos anos, de um Presidente eleito por sufrágio directo foi uma herança do presidencialismo defendido por alguns sectores da cultura política da direita republicana que o Estado Novo integrou no seu processo de formação. Esta conces-

Nota: 1 António José Telo, (Dir.), *A República e os seus Presidentes*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1997; Rui Ramos, *Os Presidentes da República Portuguesa*. Um conjunto de notas biográficas redigidas para Coleções Philae, Lisboa, Coleções Philae, 1999; Luís Fariña, “Presidentes da I República”, *História*, n.º 31, Dezembro de 2000, pp. 18-27.

construção de soluções governativas conjuntas por parte dos partidos” (André Freire, p. 211). Embora estivéssemos já esquecidos, dada a estabilidade governativa entre 1987 e 2001, vivemos num regime político com um sistema de representação proporcional nas eleições legislativas, que não dá garantias por si de estabilidade. Daí, o importante papel que está reservado ao Presidente da República no regime semipresidencial, principalmente quando não surgem maiorias claras no parlamento. Portanto, este livro chegou em boa hora, dado que, como refere o Presidente Jorge Sampaio no prefácio, disponibiliza aos cidadãos “uma informação acessível, actualizada e cientificamente fundamentada sobre a instituição presidencial e os seus titulares, a sua história e o lugar que ocupa na arquitectura constitucional portuguesa” (p. 7).

Esta obra irá tornar-se uma referência incontornável para quem queira estudar o regime republicano e o sistema político português do século XX. “Entre a primeira e curta Presidência de Manuel de Arriaga e a Presidência de Jorge Sampaio, a vida portuguesa passou de um regime parlamentar instável, que sucumbiu perante curtas e longas ditaduras militares e civis, a uma democracia política consolidada. Os Presidentes, ainda que os seus poderes variassem muito ao longo dos últimos quase 100 anos, estiveram muitas vezes no centro da vida política portuguesa.” (António Costa Pinto, p. 11). De facto, esta edição veio dar um estímulo aos estudos biográficos sobre os presidentes da República Portuguesa. Embora alguns dos presidentes aqui biografados já tivessem tido direito a estudos aprofundados sobre a sua vida e a sua obra, casos de Bernardino Machado, Sidónio Pais, Teixeira Gomes e Óscar Carmona, outros porém, esperam ainda o seu historiador. É de realçar a excelente qualidade gráfica da edição, que reproduz fotografias, ilustrações e retratos dos presidentes de inegável qualidade, mas que teve reflexos evidentes no preço da obra. ■



de honras, poder político e poder social, nobreza e práticas venais. Frequentemente, compara-se Portugal e o resto das formações políticas da Península Ibérica no intuito de tentar explicar as múltiplas formas pelas quais o Estado Moderno e a sociedade dos séculos XVII e XVIII se apropriaram do capital simbólico e económico que representavam as Ordens Militares. Da Restauração à reforma das três Ordens em 1789, globalmente, o número de cavaleiros de Cristo cresceu muito em Portugal. O número atingido não tinha paralelo, em relação às Ordens Militares e de Cavalaria da restante Europa Ocidental. Este quadro tinha um grande impacto no estatuto da nobreza em Portugal e, aparentemente, não tornava o hábito menos apetecido. Para tentar perceber este fenómeno e as suas decorrências, vale a pena ler este livro, que se baseia na exploração de um extenso corpus documental e numa metodologia sólida.

**The First Global Village.
How Portugal Changed
the World**
Martin Page

Lisboa, Editorial Notícias, 2002,
277 pp.

► Era para Portugal que Jonas estava a tentar fugir quando foi engolido pela baleia. Foi em Portugal que Aníbal encontrou os guerreiros, as armas e ouro que lhe possibilitaram a marcha sobre Roma e foi também aqui que Júlio César achou a fortuna que lhe permitiu a conquista da Gália e de Inglaterra. Durante a Idade Média, os governantes árabes integraram o território que hoje é Portugal na nação mais desenvolvida do mundo ocidental de então. Depois da conquista normanda, Lisboa tornou-se um dos sítios mais ricos do mundo. Antes de se tornar no Papa João XXI, João Hispano, de Lisboa, redigiu um dos primeiros livros de medicina moderna. Por outro lado, foram os judeus



portugueses que introduziram na Holanda as tulipas, o chocolate e os diamantes. Deram também aos ingleses o chá e Bombaim, a chave da “jóia da Coroa”. Para África, levaram a protecção contra a malária e para a América os escravos. Na Índia deixaram educação e caril, e no Japão a *têmpera* e as armas de fogo. Licenciado em Antropologia e correspondente de guerra e jornalista, o autor mudou-se em 1998 para a Azoia, perto de Sintra, onde escreveu durante quatro anos este livro, sobre «como Portugal, a primeira aldeia global, mudou o mundo», abordando diversos períodos, desde Jonas e o império romano até ao pós 25 de Abril de 1974, em que o país reconquistou a liberdade na alvorada.

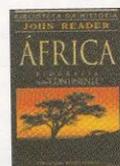
**África. Biografia
de um Continente**

John Reader

Lisboa, Publicações

Europa-América, 2002, 767 pp.

► A partir das suas viagens, iniciadas em 1955, quando o autor partiu de Inglaterra aos 17 anos, Reader fez esta obra sobre a História do continente africano, desde os primórdios da sua



formação geológica até às inúmeras convulsões políticas e sociais de hoje. Acompanhada de fotos do autor, sobre a diversidade da ocupação humana em África, a narrativa mostra a luta de adaptação dos homens contra a evolução do continente, desde as suas primeiras manifestações, identificando os processos físicos que determinaram a progressão do continente e definindo o contexto ecológico em que ocorreram. Os antepassados da humanidade evoluíram a partir de África, tendo as mais antigas provas da sua existência sido descobertas na África Oriental, a norte e a sul do Equador. O *Homo Sapiens*, dotado de cérebro volumoso e capacidade de inovação, evoluiu a partir de um tronco ancestral, há mais de três milhões de anos e há 100.000 anos, grupos de homens modernos deixaram África pela primeira vez e colonizaram o resto do mundo, do Sinai à região oriental